



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS
5º OFÍCIO

PR-AM-00027416/2016

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Aos 6 de outubro de 2016, às 9h, na sala de reuniões do prédio anexo da Procuradoria da República no Amazonas, reuniram-se o procurador da República Fernando Merloto Soave, a assessora jurídica Isabela Sales, o representante da Kurikama, professor Aroldo Yanomami, o Secretário de Estado de Educação, Algemiro Ferreira Lima Filho, representantes da SEDUC, UEA, UFAM, Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami-FUNAI e Secoya, para tratar das questões relativas ao serviço de educação escolar indígena oferecido ao povo Yanomami.

Após a apresentação dos participantes, Fernando explicou o objetivo da reunião e lembrou sobre a participação do MPF na Assembleia Ordinária da AYRCA, realizada no mês de julho de 2016, ocasião na qual os representantes do povo Yanomami apresentaram diversas reivindicações e demandas, dentre as quais, as relacionadas à educação escolar indígena.

Anderson Vasconcelos, chefe da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami da FUNAI (FPEYY), explicou que a FUNAI tentou trazer representantes de Santa Isabel do Rio Negro e de São Gabriel da Cachoeira, mas devido ao período eleitoral, as voadeiras estavam cheias e não foi possível que viesse o representante de São Gabriel da Cachoeira. Acrescentou que, após a Assembleia da AYRCA, a FUNAI está trabalhando na articulação com os órgãos na questão da educação.

Algemiro, Secretário de Estado de Educação, ressaltou que, em todo o interior, a maior dificuldade é a mobilização dos parceiros, principalmente os municípios. O ensino médio, que hoje atende 44 mil alunos, exige uma série de esforços. No caso, é necessário articular o espaço com a prefeitura, que geralmente tem os prédios que abrigam as escolas. Relatou que esteve em SGC na inauguração de uma escola em Pari Cachoeira, e lhe chamou atenção a existência de muitas salas de extensão, que são os espaços fora do prédio da escola onde acontecem as atividades, como a casa do cacique, o centro social etc, geralmente em condições ruins.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS
5º OFÍCIO

Considera necessário solucionar esse problema com urgência e, inclusive, pediu ajuda a Gersem para construir um projeto adequado, com infraestrutura boa, mas sustentável. Para esses desafios, a SEDUC conta com o apoio do MPF pra mobilizar os parceiros, pois essa é a grande dificuldade. Em outras regiões, como no Alto Solimões, nas áreas do povo Tikuna, as escolas do ensino médio funcionam de favor nas escolas da prefeitura, situação que se repete na maioria dos municípios.

Aroldo Yanomami, representante da Kurikama e professor indígena, explicou que a distância é sempre um dos grandes problemas, o que acaba agravando outros, como o fornecimento de merenda, havendo relatos de gêneros que foram entregues vencidos no ano de 2008, situação que causou graves prejuízos de saúde para os Yanomami.

Além disso, os caciques não querem mais os *naps* (brancos) como professores, pois não sabem explicar coisas da realidade dos Yanomami. Essa hoje é a principal demanda da educação do povo Yanomami.

Na Escola Sagrada Família, por exemplo, os padres, antigamente, davam educação como professores. Hoje, apesar de trabalharem como professores, também representam a religião deles, e isso é um problema que os Yanomami reclamam com frequência.

Algemiro, Secretário da SEDUC, ressaltou que é preciso olhar pra frente, pois essa situação da merenda estragada foi em 2008. Daqui pra frente, garante que a SEDUC não mais enviará merenda imprópria, pois são realizadas vistorias às balsas que realizam o transporte dos alimentos aos municípios.

Sobre os professores, estão sendo revisadas as matrizes curriculares junto com os indígenas, e esse currículo vai definir, dentre outras coisas, o perfil dos professores. Já chegou a ser feito até mesmo um processo seletivo diferenciado, com prazos mais flexíveis, no entanto, não há professores Yanomami para todas as disciplinas exigidas pelo MEC, como química, por exemplo, sendo necessário chamar professores brancos para cobrir essas vagas. A contratação dos brancos, todavia, será feita de forma conjugada com os professores yanomami.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS
5º OFÍCIO

Quanto à interferência dos padres como professores, de fato, historicamente a igreja chegou antes num espaço onde o Estado não chegou, por isso é preciso entender como isso se desenha.

Gabriel Costa, da SECOYA, explicou como funciona o trabalho da SECOYA na área da educação e da formação dos agentes de saúde indígena. Em relação à merenda estragada, considera que um problema é o armazenamento da merenda nas escolas e o envio para as aldeias, pois muitas vezes os gêneros não estão estragados quando da saída de Manaus.

Algemiro (SEDUC) confirmou que, de fato, isso é um problema, pois a balsa leva os alimentos até Santa Isabel do Rio Negro, e a empresa terceiriza o transporte até as aldeias, geralmente por lancha. Porém, já aconteceu de chover a ponto de a canoa alagar, de modo que todos os gêneros foram perdidos.

De acordo com Gabriel, o Conselho de Educação Escolar Indígena tem aberto as portas para pensar as soluções. Também estão conversando com o IDAM para tratar da otimização dos roçados e, inclusive, vislumbrou-se a possibilidade de trabalhar com outras instituições que possam articular caminhos mais viáveis na solução desses problemas.

Dentro dessa articulação, o IDAM abriu a possibilidade de trabalhar o percentual mínimo (30%) para compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, estabelecido pela Lei nº 11.947/2009¹, com as cooperativas de produção indígenas. Sugere que a produção excedente dos produtores rurais seja destinada à merenda escolar. Também é preciso repensar a distribuição de alimentos industrializados, pois não são adequados para a alimentação dos Yanomami.

1 **Dispõe a Lei nº 11.947/2009:** Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS
5º OFÍCIO

A SECOYA possui o PPI, PPP e a matriz curricular, que são documentos que estão sendo constantemente trabalhados. Como não são documentos fechados, é possível articulá-los para atender as comunidades. Preciso refletir sobre como o notório saber será incluído dentro da sala de aula na área da educação escolar indígena. A proposta é legitimá-los e dar condições para que os próprios Yanomami busquem articular o processo de acordo com a sua realidade.

Sobre os padres dando aula, acredita que Aroldo refere-se ao proselitismo religioso, que hoje é muito forte dentro da região do rio Marauaiá. No mais, compartilha da angústia do secretário Algemiro em relação às salas de extensão e entende as dificuldades. Considera necessário o reconhecimento dessas escolas e o diálogo, no sentido de trazer possibilidades de avançar nas ideias e captar as boas ideias dos parceiros, especialmente quando não é possível dar respostas imediatas.

Em seguida, a reunião prosseguiu a partir de temas específicos.

1. Adaptação da merenda escolar

Em relação à sugestão suscitada por Fernando, de analisar alternativas e iniciativas de outros locais, já que os problemas se repetem na região, Anderson (FPEYY) relatou que em Roraima há 2 experiências com a Secretaria de Estado de Educação de Roraima que podem ser aproveitadas como exemplo. No caso, a FUNAI faz a articulação com os demais órgãos, mesmo com as dificuldades de implementar políticas em locais de difícil acesso. Esse projeto piloto vai iniciar em uma escola com indígenas de recente contato.

Algemiro explicou que já se chegou a realizar uma chamada pública, mas as dificuldades são imensas, a começar pelas dificuldades de implementar as práticas de alimentação saudável. Considera possível discutir a adaptação da merenda, mas é necessário que sejam discutidas parcerias, por exemplo com a ADS. Além disso, é preciso discutir essa mudança com as comunidades, pois algumas já estão acostumadas.

Anderson ressaltou que, antes de tudo, é preciso consultar os indígenas e aproveitar as demandas que partem deles. Gabriel acrescentou que a pauta da



CÓPIA DIGITAL

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS
5º OFÍCIO

adaptação da merenda já foi objeto de conversas na Assembleia da AYRCA.

Em paralelo com o caso das comunidades do rio Marmelos, Fernando relatou que teve ciência de grande corte nos cargos do IDAM, o que gerou uma série de prejuízos aos produtores, pois não há emissão de DAP e falta assessoria dos órgãos técnicos. Em Roraima, a experiência foi com a CONAB e a Secretaria Estadual tem dado apoio no caso de assessoria. Segundo Algemiro, é possível avançar, especialmente na parte burocrática, e também junto com a Sepror. Sugere que seja realizada uma nova reunião com representantes desses órgãos, inclusive da CONAB.

Aroldo enfatizou que os Yanomami não querem mais alimentos enlatados e industrializados. Na assembleia da AYRCA, os Yanomami manifestaram esse desejo expressamente. Isso gera outro problema, que é o descarte de lixo, pois os alimentos industrializados geram muito lixo.

Questionado por Algemiro, Aroldo respondeu que os Yanomami produzem alimentos em quantidade suficiente para atender as escolas, com exceção da região do rio Marauaiá, e as áreas de coleta. Seria necessário, ademais, discutir o que é possível produzir aproveitando o sistema de produção dos Yanomami.

Fernando lembra que, havendo o desejo, é possível pensar na organização dessas trocas, pois isso já acontece com o Pelotão de Fronteira do Exército, por exemplo. Inclusive, na visita de julho, o General Fernando Bandeira se colocou à disposição para, dentro do possível, auxiliar na logística de entrega da merenda.

Alcilei, da Gerência de Educação Escolar Indígena da SEDUC, chamou atenção para a responsabilidade na prestação de contas, pois não se sabe como a prestação de contas será feita, já que o modelo de prestação de contas estabelecido pelo FNDE não atende à realidade regional, sendo necessário criar adaptações, portanto, é necessário pensar quem assumiria a burocracia da prestação de contas.

Fernando sugeriu que os órgãos de controle sejam incluídos nessas discussões, como os membros do MPF que atuam na defesa do patrimônio público, CGU, TCU e outros que integrem a Rede de Controle da Gestão Pública.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS
5º OFÍCIO

Encaminhamento: agendamento de reunião no dia 03/11/2016, às 14h, na sala de reuniões, com a participação dos órgãos estaduais envolvidos no tema (AFEAM, ADS, SEPROR, IDAM), CONAB, MDSA, SEDUC, EMBRAPA, SECADI, FNDE, FOIRN, FOREIA, PRDC/MPF, FUNAI (CGPDS), Comando Militar da Amazônia e Batalhão de SGC, e representantes dos municípios (São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Humaitá).

2. Reforma e construção de escolas

Aroldo informou que as condições da escola da comunidade Pohoroá são precárias. Em 2008, o Padre Reginaldo tentou fazer uma reforma, que não foi realizada. Dessa forma, a escola está há 8 anos sem reforma, inclusive, um temporal causou um destelhamento na estrutura, e isso atrapalha as aulas, que são interrompidas com frequência.

Na comunidade Piranha, a situação é ainda pior, pois não há prédio para a escola, apenas professor, e as aulas acontecem numa casa de palha improvisada.

Fernando apresentou proposta que surgiu após visita a Humaitá, de estabelecer parcerias entre as prefeituras e a comunidade para construção de escolas adequadas à realidade das comunidades, já que muitas tem o desejo de ter uma estrutura adaptada ao clima e ao seu modo de vida.

É preciso considerar, porém, que há situações emergenciais, de falta de escolas e professores, e há situações de precariedade generalizada relacionadas à reforma e construção de escolas. Seria interessante, com isso, criar um cronograma.

Algemiro ressaltou ser necessário criar um projeto que seja viável, já que os padrões do FNDE são inadequados para a realidade do interior do Estado. Só o valor do deslocamento equivale de materiais de Manaus para o alto Rio Negro, por exemplo, é maior que o preço dos materiais e do serviço para a obra. Inclusive, a SEDUC firmou com o governo federal, no ano de 2007, convênio para construção de 30 escolas, uma vez que escolas alugadas não podem ser reformadas por se tratar de prédio particular.



CÓPIA DIGITAL

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS
5º OFÍCIO

Algumas instituições já manifestaram interesse, mas é preciso buscar parceiros confiáveis pra executar esses recursos. As escolas da SEDUC dentro de áreas indígenas são pouquíssimas, apesar da boa capilaridade de que a SEDUC dispõe nas sedes dos municípios e suas sedes. Nesse contexto, a parceria com o Exército Brasileiro para executar a logística da merenda ou de construções parece bastante positiva.

Em relação à demanda apresentada por Aroldo, da escola da comunidade Pohoroá, ressaltou que se compromete em aplicar esforços para reforma e que a escola inicie o ano letivo de 2017 em pleno funcionamento.

Quanto ao convênio, o valor repassado pelo governo federal teria sido em torno de R\$20.250.000,00, tendo sido executada apenas a contrapartida da SEDUC, e devolvido o valor de R\$14.666.000,00. Há, ainda, R\$12.000.000,00 da aplicação desse convênio. O valor total não foi executado devido aos custos de logística.

A proposta do FNDE e da SEDUC é que esse valor, referente à aplicação, seja pactuado com os indígenas para a construção de escolas por meio de TAC, prioritariamente para os locais aos quais os recursos já seriam destinados inicialmente.

Quanto aos projetos sustentáveis, há obras que já foram iniciadas e estão em vias de conclusão, uma delas é do Querari, alto Rio Negro, que é um projeto piloto, devido à distância e dificuldades daí inerentes. O valor do ajuste é em cima do projeto preexistente. Todavia, é necessário criar um projeto específico para cada escola, cada comunidade. As demais, que estão mais próximas da sede, é possível que sejam feitas no modelo padrão do FNDE.

Já foi apresentada proposta de alocação desses recursos ao FNDE, mas é um projeto que será apresentado ao ministro para que, por sua vez, este avalie a possibilidade de os recursos ficarem no Amazonas.

Otaíde, da SEDUC, explicou que, em relação ao procedimento de prestação de contas dos convênios, seria conveniente fazer um entendimento com o TCU e demais órgãos de controle para firmar uma solução com segurança para os órgãos trabalharem. O TAC seria uma proposta interessante para sanar esse problema.



CÓPIA DIGITAL

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS
5º OFÍCIO

Segundo Algemiro, o posicionamento do governador José Melo é o de priorizar a execução do valor no Estado do Amazonas, para construção de escolas indígenas.

Fernando ressaltou que em Humaitá por exemplo, foi encaminhado acordo entre Prefeitura e indígenas para situações emergenciais de construção diferenciada, no sentido de serem resolvidas em parceria com a comunidade, por meio do fornecimento de apoio logístico e construção de estruturas nos moldes locais, o que seria inclusive mais viável para a Prefeitura, em termos de recursos. Em São Gabriel da Cachoeira, há relatos de que mais de 200 aldeias não possuem estrutura alguma, sequer emergencial. Ressaltou a necessidade de se viabilizar construções de escolas culturalmente adequadas aos povos indígenas e que, ao mesmo tempo, possibilitem a economia de recursos ao erário, possibilitando mais construções.

Algemiro explicou que foram construídas 3 escolas em São Gabriel por meio desse convênio, e há mais 4 em andamento. Fernando explicou que é necessário atender a realidade de cada aldeia, mas dentro da razoabilidade da prestação do serviço, por exemplo, nos casos de comunidades com pouca demanda, é possível fornecer o transporte aos alunos para estudar em outras, ressalvados casos de divergências internas, etc.

Alciclei, da SEDUC, ressaltou mais uma vez que, por conta das peculiaridades e das estruturas disponíveis, é preciso que os municípios também entrem na mesa de conversa.

Encaminhamentos:

a) SEDUC providenciará as reformas estruturais necessárias na escola da comunidade Pohoroá para que a escola inicie as atividades regularmente em 2017, bem como verificará cronograma para realização das reformas emergenciais indicadas pelas associações indígenas;

b) MPF verificará a participação de procuradores da área da probidade (NCC) no tema do convênio e do TAC mencionado pela SEDUC, bem como do FOREEIA;



CÓPIA DIGITAL

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS
5º OFÍCIO

c) AYRCA e SECOYA encaminharão a relação de locais com situação emergencial para reforma de escolas. MPF oficiará prefeituras e outras associações solicitando a referida informação;

d) Agendar reunião para o dia 04/11/2016, às 8h, na sala de reuniões, para tratar do tema do convênio e do TAC para uso dos valores na construção de escolas indígenas culturalmente adequadas, com participação dos órgãos de controle e instituições envolvidas no tema (NCC/MPF, Rede de Controle da Gestão Pública: CGU e TCU, AGU/FNDE, SECADI, FOREEIA, FOIRN, FUNAI (CGPDS), Comando Militar da Amazônia e Batalhão de SGC, e outros).

3. Pagamento dos professores em atraso

SEDUC informou que, pelo levantamento feito pela SEDUC, faltam pagar apenas 2 professores, os quais já constam da folha retroativa para pagamento. O atraso ocorreu devido à demora na apresentação de documentos necessários para os cadastros. A SEDUC assumirá 4 xaponos, sendo que, dos 23 professores, apenas estes 2 estão com pagamento pendente, devendo ser regularizado logo.

Gabriel, da SECOYA, confirmou a informação, ao tempo em que Algemiro, secretário da SEDUC, garantiu que não mais acontecerão atrasos, pois agora todos já entraram na folha.

4. Concurso para professores indígenas e cursos de formação superior

Algemiro ressaltou que uma das dificuldades é a formação acadêmica, pois nem todos os candidatos têm a qualificação exigida, sendo necessário definir critérios de formação, como o curso de licenciatura intercultural, que já existem em formato semelhante na Bahia e em Rondônia, mediante legislação específica.

Gabriel chamou atenção para a necessidade de inserção das pessoas de



CÓPIA DIGITAL

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS
5º OFÍCIO

notório saber indígena na formação, haja vista que não necessita de diploma, o que possibilita a contratação, por exemplo, do pajé ou de xamãs.

Segundo Fernando, a falta de concurso público gera um ciclo de dependência e jogo político, pois o município inteiro fica dependente dos cargos em comissão e, por outro lado, os professores frequentemente ficam sem pagamento ou são abruptamente desligados sem justo motivo.

De acordo com Aroldo, uma reivindicação dos Yanomami é que haja, não apenas formação, mas também concurso específico para professores Yanomami.

Francisco Adilson Hara, do Departamento de Programas Acadêmicos da UFAM, explicou que a universidade tem 2 cursos de formação indígena, contando 783 alunos ativos de diversas etnias. Esses cursos são financiados por recursos específicos deslocados pela SECADI. Não obstante, hoje o quadro de pessoal está sobrecarregado para atender novas demandas, pois os professores são “emprestados” dos departamentos, já que não há um quadro específico de discentes.

Uma das professoras, Ivani, inclusive, já questionou sobre a expansão da contratação. Em 2015 foi encaminhada ao MEC solicitação de contratação de 8 professores para atender a licenciatura indígena, no entanto, a resposta do MEC foi no sentido de que, ao menos por mais 2 anos, as contratações estarão limitadas aos códigos de vagas já existentes. A UFAM tem autonomia para criar cursos, mas não para fazer concursos, pois depende desse orçamento.

Já na UEA, uma das ações contempladas no plano de desenvolvimento institucional (PDI 2017-2021) diz respeito ao oferecimento, por meio de editais específicos, de cursos para atendimento dos povos indígenas nos territórios etnoeducacionais. O PDI entra em vigor em 2017, no entanto, ainda depende de consulta pública e da designação de grupo de trabalho.

Nesses casos, a UEA trabalha em articulação com a SEDUC, pois as demandas geralmente vêm dos fóruns e eventos promovidos pelos conselhos. Esses trabalhos, porém, não são imediatos, de modo que a previsão para implantação é de pelo menos 2 anos. O principal entrave é a questão financeira, dadas as dificuldades de



CÓPIA DIGITAL

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS
5º OFÍCIO

orçamento que o Estado vem passando.

Na UFAM, como o financiamento é específico e descentralizado pela SECADI, é necessário comprovar a quantidade de alunos por curso, sendo o repasse, em média, de R\$6.000,00/aluno a cada ano. Nesse sentido, é complicado assumir um compromisso com o PARFOR, pois os recursos são repassados por meio de diárias e materiais gráficos, mas há ainda despesas de logística, alimentação, combustível e outras que não entram nessas cifras, daí a necessidade de estabelecer parcerias.

Aroldo lembrou que, nas assembleias passadas da AYRCA, não houve representação da UEA, de modo que os Yanomami não sabem o que esperar da instituição. Os Yanomami formados pelo PARFOR estariam aptos a ingressar por concurso, já havendo uma demanda significativa de potenciais professores.

Segundo Algemiro, como a UEA oferece o curso normal superior, muitos professores generalistas acabam trabalhando em áreas de formação específicas, mesmo sem ter domínio do campo de estudo. Portanto, essa demanda deve ser atendida também por professores específicos, e não apenas generalistas, pois é necessário pensar no atendimento, no mínimo, com qualidade, ou a SEDUC, por sua vez, estará sujeita a outras pressões, como os sindicatos de professores, o MPE etc.

Alcilei ressaltou que já existem ao menos 53 professores Mura formados em licenciaturas indígenas em Autazes, e também na região do alto rio Solimões, dos povos tikuna, kokama e kambeba. Esses professores teriam sido selecionados no primeiro edital do Prolind, programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica.

Encaminhamentos (a serem cumpridos no prazo de 30 dias):

a) SEDUC, UEA e UFAM informarão a quantidade de vagas para professores disponíveis e ocupadas;

b) SEDUC se manifestará sobre a viabilidade de realização de concurso público para professores de 1º a 5º ano do ensino fundamental;



CÓPIA DIGITAL

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS
5º OFÍCIO

c) SECOYA, AYRCA e KURIKAMA informarão à SEDUC e ao MPF a demanda de alunos atualizada.

Finalizados os encaminhamentos, eu, Isabela Sales _____, assessora jurídica, lavro a presente memória para fins de registro, que segue assinada pelo Procurador da República.

Fernando Merloto Soave
COPIA DIGITAL
Procurador da República